



O Euro em Debate

Salvar a Europa, Fortalecer o Ocidente

O que dizer da causa da Europa como civilização política? Essa causa certamente que também não está perdida. Mas não se encontra nas melhores condições.

Se considerarmos a metade continental da civilização europeia – uma vez que os Estados Unidos, o Brasil, e a América espanhola podem com direito afirmar que pertencem à civilização europeia que vai para além do arquipélago europeu – então teríamos de ter dois pontos em consideração. O primeiro é que toda a civilização europeia – aquilo a que chamamos Ocidente – está no mínimo a ficar economicamente para trás do resto do mundo. Aquilo a que temos vindo a chamar crise mundial da economia tem sido na realidade uma crise das economias ocidentais. A China, a Índia, a Indonésia, a Malásia, Singapura e a maior parte da Ásia foram afectadas pela crise financeira de 2008, mas recuperaram rapidamente. Na medida em que eles foram atingidos economicamente, o seu crescimento sofreu uma redução em vez de ter sido substituído por uma recessão. E essa redução no crescimento é sobretudo atribuível ao impacto da recessão do Ocidente (que continua a ser o seu maior mercado e possível investidor) nas suas economias. As economias africanas também têm estado a crescer mais rapidamente. Estimativas bastante recentes que apontavam para uma estagnação africana



POR
John O'Sullivan

Director do Danube
Institute, Budapest

de longa duração agora parecem ridículas – como a elevada quantidade de emigrantes portugueses para Angola pode evidenciar. A Australásia também tem prosperado muito na última década – em parte impulsionada pelo crescimento da China, mas apenas em parte – e essa realidade parece que vai também continuar.

Resumindo, o argumento de que houve uma transferência de riqueza e de poder do Ocidente para a Ásia, apesar de exagerado é no entanto, como veremos, em grande parte verdade. Apesar de muitos dos países de grande sucesso terem de enfrentar alguns problemas – os observadores da China preocupam-se com os bancos insolventes, por exemplo – a visão de conjunto de um Ocidente fraco e de um Oriente forte e em ascensão está correcta.

O segundo ponto é que dentro do Ocidente, a Europa geográfica está não só economicamente mais estagnada mas também a ficar cada vez mais para trás re-

lativamente às nações do hemisfério ocidental que entraram em fase de retoma. A economia da América saiu da recessão e começa a mostrar um modesto crescimento. O Canadá, tal como a Austrália, nunca entrou em recessão; prosperou ao longo destes anos desde 2008. O Brasil transformou-se num grande poder económico ao longo da última década. E apesar de os resultados da América espanhola serem variáveis – graças em parte às políticas de esquerda praticadas na Argentina, Venezuela e no Equador – esta está de um modo geral em melhores condições do que a Europa no geral, e muito melhor do que a Europa mediterrânica. Assim, a Europa é a região com o pior desempenho da economia mundial. E dentro da Europa, as economias de Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Irlanda, Hungria – e hoje em dia também a França! – estão mais fracas do que as dos seus parceiros do norte.

Porquê esta situação? O título desta sessão remete-nos para a zona euro, de uma forma inevitável. A crise das economias europeias é acima de tudo a crise do euro. A crise financeira de 2008 pode ter começado nos Estados Unidos com a crise dos empréstimos hipotecários de alto risco. E pode ter sido exportada para o resto do mundo por meio de instrumentos financeiros criativos que misturaram investimentos seguros com aqueles que





eram duvidosos. Mas as tentativas de alguns líderes políticos e económicos europeus de culparem os Estados Unidos, a Wall Street, a “desregulamentação”, e mais genericamente “o fundamentalismo do mercado anglo-saxónico” pela profundidade e extensão e, sobretudo, pela natureza perene da crise europeia, são incorrectas. Na realidade, são pouco mais do que desculpas.

Deixem-me explicar porquê sumariamente. Mais uma vez, o título desta sessão remete-nos para o exame do passado e do futuro. Deixem-me ir um pouco mais além e examinar também o presente:

Em primeiro lugar, no entanto, o passado: as origens da crise financeira não se encontram na desregulamentação nem na “regulamentação ligeira”, mas na regulamentação perversa. Uma sucessão de autoridades reguladoras nos Estados Unidos encorajaram, na realidade obrigaram, os bancos e outras instituições financeiras a conceder empréstimos a candidatos que não cumpriam com os critérios normais de serem capazes de pagar os empréstimos. A política do governo era a de fomentar a aquisição de casa própria de um modo geral, especialmente entre os grupos étnicos desfavorecidos. Outras autoridades reguladoras, particularmente a Fannie and Freddie, encorajaram na altura os bancos a misturar estes investimentos duvidosos com os investimentos seguros em pacotes que depois vendiam a terceiros dentro do país ou no estrangeiro, de acordo com a teoria (normalmente segura) de “espalhar o risco”. Desta vez os riscos eram demasiado elevados e infectaram a segurança de todo o pacote. Mas os bancos europeus que os compraram e os reguladores europeus que os aprovaram tinham conhecimento destes factos.

Então porque é que a Europa se deixou literalmente enredar neste contágio? Ou melhor, “como”? Fê-lo de forma intelectual. Tanto o sector público como o sector privado, tanto os bancos como os reguladores, na Europa como na América, fizeram-no porque estavam



todos perante uma ilusão comum – ou duas ilusões. Pensavam que o imobiliário era uma “coisa segura” e pensaram que desta vez a bolha não iria rebentar. Bem, estavam errados – a bolha imobiliária dos Estados Unidos rebentou e o mundo inteiro ficou com os dedos queimados. É nisto que se resume o passado.

O PRESENTE

Agora: o presente. Como já disse, o mundo inteiro ficou com os dedos queimados. Então porque é que a Europa ainda continua a lamber as feridas enquanto o resto do mundo está já em fase de recuperação? Olhemos mais uma vez para outros países. Não há nenhuma nação que esteja mais interligada aos Estados Unidos do que o Canadá; no entanto o Canadá foi o país que menos sofreu com a crise de 2008 e com a recessão do seu vizinho. Consideremos a China: os Estados Unidos são o maior cliente da China; no entanto a China ainda mantém grandes taxas de crescimento. De facto, nenhuma outra parte do mundo está a sofrer as alegadas consequências da crise financeira de 2008 da mesma forma que a Europa. Por isso temos de olhar para a causa ou causas da estagnação contínua existente no interior da Europa. E a causa evidente é o euro. A maior acusação que os europeus podem fazer, dentro de alguma

razoabilidade, à América pela sua responsabilidade na continuação da crise é que a crise do crédito de alto risco de 2008 foi a causa fundamental da crise do euro. Mas uma vez que a crise do euro era inerente à estrutura do euro, como irei argumentar, qualquer outro acontecimento teria eventualmente provocado a mesma crise.

Qual é, no entanto, a natureza da crise do euro? Isso é algo que ainda não é muito compreendido. Pois na realidade existem dois lados da crise do euro: a crise de financiamento e a crise de integração.

A crise de financiamento advém do facto de os mercados financeiros terem começado a desconfiar que a promessa implícita do euro – que a Alemanha estaria por detrás da dívida grega – não era credível. Enquanto todos acreditaram nessa promessa, nomeadamente durante a primeira década da existência do euro, o mercado financeiro emprestou dinheiro ao governo grego com as mesmas condições com que emprestava a Berlim. Isso significou taxas muito mais baixas do que aquelas que a Grécia conseguia obter quando ainda tinha o dracma. Como resultado tanto os governos (como, por exemplo, na Grécia) como o sector privado (como, por exemplo, os investidores imobiliários em Espanha) pediram muito mais dinheiro emprestado do que aquele que seria racionalmente justificado. Os governos gastaram demasiado; os privados investiram demasiado; os mercados assinalaram riscos mais elevados; os mutuantes exigiram, dos países de maior risco, taxas de retorno mais elevadas. E uma nuvem abateu-se sobre o euro. Vários bancos faliram. Alguns governos europeus viram-se confrontados com taxas de juro elevadíssimas e não puderam de forma alguma emitir dívida pública denominada em euros.

Para evitar que os bancos falissem, que os governos entrassem em incumprimento e que os estados-membros, como resultado, saíssem do euro, várias autoridades europeias (mais o FMI) seguiram, nos últimos dois anos, uma série de políticas destinadas a estabilizar o euro. Estas políticas incluíram resgates, empréstimos, promessas limitadas de mutualização das dívidas, as fundações de uma união fiscal e bancária, etc. E o preço destes resgates tem sido a imposição de cortes drásticos na despesa e no défice do Estado e a imposição de margens de avaliação a investidores e depositantes particulares – resumindo, “Austeridade.” Um dos custos



O título desta sessão remete-nos para a zona euro, de uma forma inevitável. A crise das economias europeias é acima de tudo a crise do euro



secundários tem sido a perda de soberania – e por extensão, de democracia – por parte dos países que procuram resgates. A política fiscal, monetária, e social nestes países foi concebida mais em resposta às exigências das autoridades externas, comumente conhecidas como “a Troika” do que a pensar nos eleitores (com, seguramente, algumas consequências involuntárias.) Nos casos da Itália e da Grécia os primeiros ministros eleitos foram substituídos por tecnocratas, em resposta às pressões da Troika. Na linguagem desta conferência, o governo foi substituído por governação, que definirei como “governo sem responsabilidade democrática.”

Ainda não podemos saber quais são as consequências involuntárias desta brutal intervenção. Após o resgate do Chipre, por exemplo, (em que os clientes de bancos solventes perderam todos os seus depósitos acima de 100.000 euros) nenhum investidor prudente irá alguma vez mais manter uma conta superior a 100.000 euros num banco europeu. Sentem que o seu dinheiro já não está seguro. E isso terá um impacto ainda mais negativo na perspectiva de recuperação europeia. Assim que um país pareça estar em risco, o capital fugirá. Os motins, as greves gerais e o apoio a partidos políticos extremistas têm vindo a aumentar à medida que as convencionais formas democráticas de oposição se mostram impotentes ou cúmplices de políticas impopulares. E o mal-estar entre os países que recebem o dinheiro do resgate e aqueles que o fornecem transformou-se numa retórica amarga e em xenofobia.

Apesar da severidade e da iniquidade destas políticas, recentemente os líderes europeus têm vindo a insistir que, afinal de contas, satisfizeram o primeiro critério de uma política: conseguiram. O euro está seguro. Nenhum país entrou em incumprimento. E os países ameaçados por insolvência estão agora a saldar as suas dívidas. O presidente francês, François Hollande, disse algo semelhante há cerca de um mês. É razoável duvidar-se desta certeza. Eu duvido dela. Na semana passada tanto Portugal como a Irlanda (sendo a Irlanda o ícone da Austeridade) viram os seus planos de reembolso alargados. Os jornais de hoje anunciam que o segundo maior banco italiano disse aos seus clientes que o país “acabará inevitavelmente por fazer um pedido de resgate à UE” nos próximos seis meses, a não ser que possa contar com custos de empréstimos baixos

e um prazo alargado de recuperação. A vontade da Alemanha em fornecer fundos para resgates futuros está perigosamente dependente dos resultados incertos das eleições que decorrerão ainda este ano. E a história está do lado do cepticismo: demasiados resgates do euro foram seguidos por crises, poucos meses depois, para que esta promessa seja credível.

No entanto, aceitando por hipótese que a crise de financiamento do euro já está resolvida, ainda temos a segunda crise da Europa – que é ainda mais difícil de resolver. E esta é o facto de que a moeda única encurrala os países mediterrânicos

Mezzogiorno eternamente dependente do contribuinte – mas neste caso dos contribuintes de outros países. Já vemos isto a acontecer em estatísticas, como os 56 por cento de jovens desempregados em Espanha e a migração francesa para a Silicon Valley de Dover-Londres.

Aqui, no entanto, encontra-se a dor mais aguda. A recessão infundável, ou seja, a Austeridade, não é o problema; para os apoiantes do euro essa é a solução. O problema reside no que é necessário fazer para manter dentro da mesma moeda países com níveis de produtividade e estruturas de custos muito diferentes.



numa taxa de câmbio extremamente desfavorável. A única forma de resolver esse problema interno do euro é fazer com que a mão-de-obra na Grécia, Portugal, Espanha e Itália aumente a sua produtividade e/ou reduza os seus salários num processo conhecido como “desvalorização interna”. A escala destas desvalorizações internas é deveras dramática. A Grécia teria de desvalorizar a sua taxa de câmbio putativa – reduzir a sua estrutura de custos relativamente à Alemanha – em cerca de um terço. Poucos economistas acreditam que seja possível fazê-lo; nenhum economista pensa que possa ser feito rapidamente. E à medida que estes países vão lutando para alcançar este objectivo cada vez mais distante, estarão encurralados numa austeridade económica – e a Europa do norte ficará obrigada a pagar-lhes um sem fim de subsídios compensatórios. Isso significa uma perda de riqueza de ambos os lados. A longo prazo, a Grécia, a Itália, a Espanha e Portugal transformar-se-iam num grande

Deixem-me citar Martin Wolf do Financial Times, sobre o que disse a semana passada acerca da Grécia:

“De acordo com a OCDE...a procura real privada caiu em 33 por cento entre os primeiros trimestres de 2008 e 2013, enquanto o desemprego aumentou para 27 por cento da população activa. A única justificação para tal depressão é a de que é necessário que haja uma enorme quebra na produção e um aumento paralelo do desemprego para obrigar um país que faz parte da união monetária a proceder às reduções necessárias dos custos relativos. Uma vez que os gregos desejam permanecer dentro da zona euro, têm de sofrer a dor que daí resulta.”

Vejam: por vezes ouvimos os líderes políticos dizerem que querem permanecer no euro mas rejeitam a Austeridade. Mas esta escolha não existe. Para a Grécia, para Portugal e para outros, permanecer

no euro significa escolher a Austeridade. Olhem em redor: é isto que pretendem para o vosso futuro? Não existe uma combinação alternativa.

Bem, o Professor Espada pediu-nos que fossemos cavalheirescos. Assim, este parece ser um bom momento para admitir que não me oponho a uma moeda única enquanto tal. O facto de esta moeda única em particular, que abrange estes países específicos neste momento específico, não ter capacidade para funcionar não significa que uma moeda única estruturada de forma diferente não possa funcionar. Um euro viável é uma possibilidade. Chegar

66

Precisamos de algo ao nível do Plano Marshall pós-guerra – sim, tão ambicioso quanto isso

a ele será um processo difícil e doloroso; mas será menos difícil e doloroso do que permanecer dentro da sua disciplina destrutiva; e pode ser feito. Mas como?

Considerem o seguinte: muitas vezes ouvem os apoiantes do euro dizer o seguinte: “Bem, nunca devíamos ter deixado a Grécia entrar. Foi um erro.” Então porque é que não se corrige o erro e não se retira a Grécia do euro? Parecia ser esse o objectivo do governo alemão mesmo antes das eleições gregas. Mas os gregos frustraram os seus planos ao votarem, com uma margem muito renhida, em partidos que estavam preparados para aceitar a Austeridade de modo a poderem permanecer no euro.

Outros críticos sugeriram que a Alemanha deveria deixar o euro – o que significa que o restante euro seria fortemente desvalorizado em relação a outras moedas. Isso iria, de uma só vez, reduzir as dificuldades que países como Portugal têm em recuperar a sua competitividade. Mas a Alemanha muito provavelmente não estará interessada em abrir mão da sua po-

sição de liderança na União Europeia – ou dos benefícios comerciais e económicos de que usufruí pelo facto de ter uma moeda subvalorizada – resultante de tal decisão.

Assim, sobra a proposta de reestruturação do euro de que mais se fala (e a mais plausível): nomeadamente, a criação de dois euros – um euro do sul e um euro do norte. O primeiro seria imediatamente desvalorizado em relação ao segundo, ou por decreto ou pelos mercados, restabelecendo a competitividade do sul, reduzindo os danos morais e eliminando a necessidade de transferências monetárias maciças entre os países. Claro que isso iria criar dificuldades. As dificuldades desta transição seriam muito dolorosas – mas seriam temporárias. A Alemanha tomaria consciência de que, uma vez desaparecida a desvalorização artificial do euro actual, o sucesso das suas exportações seria mais difícil de manter. A França teria de decidir entre os seus interesses, que estipulariam a entrada no euro do sul, e o seu prestígio, que exigiria a decisão de pertencer ao euro do norte. Ver Paris agonizar sobre esta questão seria interessante. Com o decorrer do tempo, os estados-membros do euro 1 e do euro 2 poderão gradualmente convergir, restaurando eventualmente um euro unificado. Mas essa possibilidade seria determinada mais por uma evolução concreta do que por ambições teóricas.

O FUTURO

Aqui acaba a secção sobre o presente. Vamos agora olhar para o futuro – e para as lições que o passado recente pode trazer para o futuro. A nossa experiência com o euro sugere seguramente que é preferível ter um sistema que seja flexível e reaja à mudança do que um colete de forças rígido; que num continente tão variado como a Europa, em que os países se diferenciam cultural e politicamente e também economicamente, deveríamos oferecer níveis diferentes de compromisso em diversas matérias aos diferentes estados-membros; que deveríamos procurar ir ao encontro das diferenças, ao permitir que os estados-membros, tanto quanto possível, possam competir uns com os outros em matéria de impostos e regulamentação em vez de impor a todos o mesmo sistema através de uma harmonização burocrática centralizada.

Olhemos para o mapa da Europa e consideremos a sua história. Foi esse tipo de Europa descentralizada que permitiu que a liberdade florescesse e se espalhasse, dando assim lugar ao mundo moderno. E se alguém lhes disser que os “interesses europeus” ou os “valores europeus” exigem esta ou aquela política uniforme, devem repetir a frase mas substituindo “europeus” por “fino-portugueses.”

Não podemos esperar que uma UE de quase 30 membros (e ainda a crescer) mantenha a mesma estrutura padronizada que era adequada aos seis membros originais da Comunidade Económica Europeia e aos grupos um pouco maiores dos anos 70 e 80 do século XX. Algumas unidades estruturais básicas poderiam manter-se – comércio livre continental, provavelmente uma pauta aduaneira comum, alguns princípios gerais de direito, as mesmas normas de contabilidade, mecanismos de consulta e cooperação políticas tanto a nível regional como europeu – mas os países, que em todos os outros aspectos são diferentes, adoptariam diferentes elementos do menu à la carte da unidade europeia. De facto, embora por vezes nos esqueçamos de reparar, esse princípio já foi adoptado relativamente ao euro. Alguns estados da UE mantêm-se fora da moeda comum, e os estados da Europa de Leste que prometeram entrar no devido tempo provavelmente não o farão tão cedo.

Bem, esse mesmo princípio poderia ser aplicado de uma forma mais abrangente, de modo a que diferentes países europeus pudessem adoptar níveis diferentes de integração em áreas diferentes. E se alguns países – a Alemanha, a França, o Benelux – querem avançar para uma maior integração política, talvez transformando-se numa nova nação europeia, todos nós deveríamos dar o nosso apoio. Seria o tipo de experiência que as federações devem encorajar e promover; é por isso que o princípio federal de competição jurisdicional foi inventado. Este tipo de Europa de geometria variável, como lhe chamam, poderá na realidade produzir uma integração mais rápida e menos penosa do que os tipos de integração mais intensiva que agora se praticam.

Mas como proceder a essa mudança? Vamos de momento olhar para a situação europeia sob o ponto de vista da América. Mesmo hoje, quando falamos acerca de uma deslocação das prioridades americanas para o Pacífico, é a relação com os

aliados europeus que ainda conta como o mais importante elemento na política externa dos Estados Unidos. Porquê? Porque o poder económico emergente asiático e as contínuas dificuldades fiscais dos Estados Unidos entre eles significam que a balança de poder e influência na política mundial está a mudar contra os Estados Unidos. Essa mudança pode ser exagerada; os Estados Unidos continuarão a ser a grande potência ainda por muitas décadas. No entanto a mudança é real. E sublinha a necessidade de os Estados Unidos fortalecerem a relação atlântica. Uma estatística: entre eles, a Europa e os Estados Unidos ainda representam mais de cinquenta por cento do PIB mundial. Se se mantiverem mais ou menos unidos – um bloco único em termos económicos e de segurança – dominarão a política mundial e as instituições globais num futuro previsível; se não o fizerem, tanto a Europa como os Estados Unidos enfrentarão um futuro em que terão um poder cada vez mais fraco e uma menor influência nas instituições globais.

Do ponto de vista americano, a eventualidade de uma Europa dividida e conflituosa, economicamente e até politicamente à deriva, com a possibilidade de desenvolver um carácter antiamericano para explicar os seus próprios fracassos, é deveras alarmante. É um argumento negativo para a intervenção dos Estados Unidos nos assuntos europeus, para complementar o positivo, o de que um ocidente unido manteria indefinidamente uma posição dominante no mundo. E se os Estados Unidos se limitam apenas a permanecer alheios e permitem que a crise europeia siga um caminho possivelmente destrutivo, então arriscar-se-iam a atingir gravemente todas as instituições pós-guerra tanto de cooperação internacional como de defesa do ocidente – tudo, incluindo a NATO. Esta postura ameaçaria todo o conjunto da construção de instituições pós-Guerra Fria, num momento em que o mundo não está em condições de sofrer mais um golpe na confiança.

Sendo assim, vale a pena perguntar se não haverá outro passo a dar que nos permita alcançar os nossos objectivos e no entanto reformar também a Europa de uma forma que fosse útil a todos os estados-membros – e ao fazê-lo, criar um clima de maiores possibilidades e optimismo económico. Pois, mesmo que consigamos resolver a questão do euro, teremos de nos deparar com uma série de problemas e

disputas não resolvidos no seio da Europa.

A verdade nua e crua – que nenhum ministério dos negócios estrangeiros quer enfrentar – é que a Europa, sozinha, é incapaz de resolver estes problemas. Relativamente às questões da Turquia, da Ucrânia e da Rússia, os seus votos estão divididos de uma forma demasiado equitativa. Não tem nenhuma política consensual para alcançar uma verdadeira recuperação das economias europeias. Evita reabrir tratados e questões estruturais para os quais tanto se esforçou de início. De um modo geral está paralisada. Terá de aparecer outra liderança que consiga desembaraçar todos os seus nós górdios.

Num momento semelhante de paralisia continental durante a década de 50 do século XX, o ministro dos negócios estrangeiros britânico Anthony Eden teve a ideia (enquanto tomava banho, segundo consta) de utilizar a União da Europa Ocidental, uma modesta instituição esquecida após o nascimento da NATO, para trazer Bona para o sistema de segurança ocidental como resposta às objecções da França relativamente ao rearmamento alemão. Isso levou à plena participação da Alemanha na NATO, numa Europa que então ressuscitava, ao Tratado de Roma, e ao longo boom económico do pós-guerra assente numa Aliança Ocidental segura.

Haverá no mundo actual um equivalente à UEO dos anos cinquenta? Talvez haja. Em 2007 o Presidente Bush, a Chanceler Merkel e o Presidente da Comissão Europeia, Manuel Barroso concordaram com uma série de pequenas medidas no sentido de criar uma União Económica do Atlântico Norte. Esse título pomposo escondia uma realidade bastante modesta. Em geral, era um acordo para facilitar os conflitos regulamentares entre a América e a Europa – algo de grande importância para os Estados Unidos.

Mas há razões para acreditar que Bush queria mais desta união. E apesar de o Presidente Obama ter começado com menos interesse pela Europa do que os seus antecessores, essa falta de interesse teve de desaparecer uma vez que a crise do euro ameaça os Estados Unidos.

Actualmente, como podemos observar durante a cimeira do G8 na semana passada, estão a decorrer debates entre os Estados Unidos e a Europa relativamente à criação de versões mais ambiciosas de comércio livre do Atlântico, algo como uma verdadeira União Económica Atlân-

tica. A maioria dos europeus, afectados e desgastados pelas crises, gostaria de ver a concretização desta possibilidade com finalidade em si mas também como medida de criação da confiança numa altura em que a confiança é pouca. Mas existem objecções por parte dos franceses, uma vez que o governo socialista gostaria de manter várias formas de protecção. E apesar de as conversações ainda não terem chegado a uma paralisação, não estão a decorrer rapidamente. E assim pode perder-se uma grande oportunidade.

Hesito em dar conselhos ao Presidente Obama, mas esta é uma questão sobre a qual ele poderia gozar de apoio bipartidário por um acto de liderança económica americana. Mas ele terá a sua grande hipótese de sucesso se fizer com que esta proposta seja o mais ambiciosa possível. Precisamos de algo ao nível do Plano Marshall pós-guerra – sim, tão ambicioso quanto isso.

Deixemo-lo alargar estas conversações propondo uma união económica mais ambiciosa, unindo certamente os Estados Unidos e a Europa, mas também admitindo os países europeus que ainda não fazem parte da UE. Isso incluiria não só a Noruega e a Suíça, mas também a Turquia, a Ucrânia e a Geórgia. Seria esta decisão um primeiro passo para resolver alguns dos problemas complexos anteriormente assinalados, que de outra forma não serão resolvidos? Se sim, será que os franceses, entre outros, não veem que esta nova parceria lhes traz benefícios importantes?

INÚMERAS VANTAGENS

Em primeiro lugar, seria a maior área de comércio livre em todo o mundo, oferecendo aos seus membros grandes oportunidades comerciais e económicas. Seria também o equivalente económico da NATO, solidificando a relação diplomática e económica do Ocidente, que por vezes parece estar desgastada.

Provavelmente estas oportunidades económicas mais alargadas não incluiriam a “livre circulação de mão-de-obra” existente na UE (ou seja, a imigração livre) que tanto assusta a França e a Alemanha. Assim resolveria o seu problema da Turquia. Mas apesar de oferecer aos turcos algo que fica aquém da “livre circulação de mão-de-obra”, dar-lhes-ia também (e talvez à Geórgia e à Ucrânia) um prémio assinalável em termos de comércio alargado. Poder-se-ia acrescentar a isso

alguma preferência na imigração. Talvez servisse para compensar alguns sentimentos muçulmanos feridos.

Além disso, ao contrário da União Europeia, esta União não representaria nenhuma ameaça à soberania dos estados-membros. Não teria nenhum acervo comunitário – não haveria enormes quantidades de leis e regulamentos que os novos membros teriam de aceitar. Alguns membros actuais da UE, sobretudo os bri-

tânicos, provavelmente preferem deixar a UE e fazer parte desta nova expressão mais alargada (mas não mais profunda) de solidariedade atlântica. Ao mesmo tempo, se a Grã Bretanha pudesse alterar desta forma a sua relação com a UE, haveria assim uma oportunidade correspondente para a França, a Alemanha e o Benelux forçarem a UE para uma união política muito mais estreita, também dentro da UEA, sem a intromissão britânica.

Problemas à porta da Europa

Mesmo que consigamos resolver a questão do euro, teremos de nos deparar com uma série de problemas e disputas não resolvidos no seio da Europa. É que a Europa tem uma série de problemas mesmo à sua porta que, parece, é incapaz de resolver sozinha.

- O maior problema que a Europa tem de enfrentar é o facto de ter adoptado uma política de uniformidade quando o continente é uma realidade social e económica bastante diversa. Estas políticas tornaram-se rígidas e têm por trás delas uma enorme burocracia. A mudança em direcção a uma Europa mais flexível é por isso muito difícil no contexto das instituições europeias existentes. Provavelmente precisamos de alargar o enquadramento institucional em que estas questões são decididas.

- Algumas nações querem uma maior integração e uniformidade; outras querem uma UE menos centralizada. De acordo com as condições de uniformidade ambos os lados são incapazes de atingir os seus objectivos. Precisamos de um enquadramento institucional que permita aos países moverem-se em direcções diferentes.

- O terceiro problema é o mais convencional, o da expansão e alargamento. Quanto à decisão de outorgar à Turquia o estatuto de membro de pleno direito na UE, por exemplo, a Europa está dividida entre a França e a Alemanha, que temem “o movimento livre de mão-de-obra” de setenta milhões de muçulmanos turcos, e a Grã Bretanha e a Comissão Europeia, que temem que um “não” europeu afaste a Turquia ainda mais do ocidente, para aventuras perigosamente islamistas. Este é um grande problema geopolítico para a Europa – e dar a resposta errada seria perigoso.

- Além disso, existem os problemas por resolver relativamente à Ucrânia e à Geórgia – ambas desafortunadamente suspensas entre uma Rússia emergente e uma Europa Ocidental incerta. Como já vimos, estes antigos satélites Soviéticos que agora são livres – a Polónia, a Hungria, a República Checa, etc. – sentem-se nervosos relativamente à emergente hegemonia russo-germânica na sua região e não têm grandes expectativas relativamente a obter protecção americana (como uma carta escrita em 2009 por dezassete líderes eminentes da Europa de Leste tão eloquentemente lamentava).

- Existe o apêndice incomodativo que é a própria Rússia.

- E, finalmente, existe o problema mais abrangente – independentemente do euro – de termos de relançar as economias europeias, para que comecem a recuperar.

Do ponto de vista dos Estados Unidos, esta união proporcionaria um primeiro fórum para os Estados Unidos e a União Europeia resolverem as suas recorrentes questões regulamentares, enquanto elas se encontram ainda a um nível de conflitos. Isso é mais importante do que imaginam. Os Estados Unidos e a UE estão constantemente enfeudados nos fóruns internacionais por questões regulamentares, e a maior parte das vezes, os Estados Unidos perdem. As empresas americanas sentem-se bastante tranquilas ao conseguirem uma estrutura de regulamentação atlântica em vez de constantemente perderem terreno em relação à Europa.

E, finalmente, esta nova parceria – apesar de não oferecer qualquer ameaça militar à Rússia – demonstraria no entanto à Rússia que os seus desejos neoimperialistas são inúteis. E os líderes políticos desta nova entidade estariam a oferecer, a uma Rússia que se teria finalmente libertado da sua nostalgia por um império, uma entrada para as instituições de uma governação atlântica.

Este tipo de atlantismo de geometria variável também abria muitas novas possibilidades políticas a uma Europa Ocidental que se encontra paralisada e estagnada. Acima de tudo, tal como o Plano Marshall e a NATO criaram uma base económica e de segurança para a prosperidade ocidental do pós-guerra, uma UEA poderia também funcionar como trampolim de estabilidade e confiança necessárias a uma recuperação económica tanto da Europa como da América, durante este clima desencorajante de recessão, devido à crise do euro.

Resumindo, a América poderia ajudar a salvar uma Europa unida encorajando-a a ser uma Europa mais flexível, inserida num novo enquadramento ocidental flexível. Na linguagem desta conferência, uma estrutura institucional como essa significaria passar de governação para governo. Neste enquadramento as estruturas da governação não determinariam as políticas dos governos dos vários membros; o seu papel seria oferecer escolhas políticas adequadas em todos os domínios da área de orientação política. E os governos soberanos estariam assim capacitados para fazer face às pressões e às escolhas dos seus eleitores em todos os domínios da área de orientação política. Esta é certamente a relação adequada entre governação, governo e democracia. Não aceitem alternativas. ■